

A DISPERSÃO URBANA NO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM-PA: uma análise a partir dos assentamentos residenciais na Ilha de Mosqueiro

THE URBAN DISPERSION IN THE METROPOLITAN AREA OF BELÉM-PA: an analysis from the residential settlements on Mosqueiro Island

LA DISPERSIÓN URBANA EN EL ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM-PA: un análisis de los asentamientos residenciales en la isla del Mosqueiro

Sandro Brito Ferreira

Mestre e Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Pará – PP GEO/UFPA. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus de Tucuruí. sandro.ferreira@ifpa.edu.br / <http://orcid.org/0000-0002-8390-2610>

José Queiroz de Miranda Neto

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Presidente Prudente. Professor da Universidade Federal do Pará – UFPA/Campus Altamira. geoneto@msn.com / <http://orcid.org/0000-0003-1939-4866>

Recebido para avaliação em 01/07/2019; Aceito para publicação em 18/08/2019.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a dispersão metropolitana de Belém, tendo como recorte empírico o distrito administrativo de Mosqueiro, espaço suburbano tradicionalmente utilizado como espaço de lazer. A Ilha de Mosqueiro, como também é conhecida, passa por importantes redefinições ligadas à influência metropolitana, sobretudo a partir da instalação de novos assentamentos residenciais. No presente trabalho, parte-se da ideia de que a dispersão metropolitana é produto e condição da reprodução das relações sociais de produção do capital em uma escala geográfica mais ampla, pois é na metrópole que se encontra boa parte das condições objetivas de realização do trabalho. Como resultados, entende-se que a dispersão da metrópole de Belém ocorre por razões outras que não se explicam, em princípio, apenas pela lógica formal de acumulação do capital imobiliário. Para tanto, o recorte espacial considerado é Mosqueiro que, embora faça parte da área de expansão do município de Belém, não foi afetado pela ação direta das empresas imobiliárias que atuam nos municípios da RMB e pelas políticas habitacionais do Estado, agentes responsáveis pela expansão da fronteira urbano-imobiliária. Há, portanto, uma expansão que ocorre por meio de formas não integralmente capitalistas de produção imobiliária.

Palavras-chave: Dispersão Metropolitana; Belém; Ilha de Mosqueiro.

ABSTRACT

This article aims to analyze the metropolitan dispersion of Belém, having as empirical cut the administrative district of Mosqueiro, a suburban space traditionally used as leisure space. Mosqueiro Island, as it is also known, undergoes important redefinitions linked to the metropolitan influence, especially since the installation of new residential settlements. In the present work, one starts from the idea that the metropolitan dispersion is product and condition of the reproduction of the social relations of production of the capital in a wider geographic scale, since in the metropolis one finds a good part of the objective conditions of accomplishment of the work. As results, it is understood that the dispersion of the metropolis of Bethlehem occurs for other reasons that are not explained,

in principle, only by the formal logic of accumulation of real estate capital. To do so, the spatial reduction considered is Mosqueiro, which, although it is part of the expansion area of the city of Belém, was not affected by the direct action of the real estate companies operating in the municipalities of the RMB and by the housing policies of the State, agents responsible for the expansion of urban-real estate frontier. There is, therefore, an expansion that takes place through non-integrally capitalist forms of real estate production.

Keywords: Metropolitan Dispersion; Belém; Mosqueiro Island.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la dispersión metropolitana de Belém, teniendo como recorte empírico el distrito administrativo de Mosqueiro, espacio suburbano tradicionalmente utilizado como espacio de ocio. La Isla de Mosqueiro, como también es conocida, pasa por importantes redefiniciones ligadas a la influencia metropolitana, sobre todo a partir de la instalación de nuevos asentamientos residenciales. En el presente trabajo, se parte de la idea de que la dispersión metropolitana es producto y condición de la reproducción de las relaciones sociales de producción del capital en una escala geográfica más amplia, pues es en la metrópoli que se encuentra buena parte de las condiciones objetivas de realización del trabajo. Como resultados, se entiende que la dispersión de la metrópoli de Belém, ocurre por razones otras que no se explican, en principio, sólo por la lógica formal de acumulación del capital inmobiliario. Para ello, el recorte espacial considerado es Mosqueiro que, aunque forma parte del área de expansión del municipio de Belém, no fue afectado por la acción directa de las empresas inmobiliarias que actúan en los municipios de la RMB y por las políticas habitacionales del Estado, agentes responsables por la expansión de la vivienda fronteras urbanas-inmobiliarias. Hay, por lo tanto, una expansión que ocurre por medio de formas no integralmente capitalistas de producción inmobiliaria.

Palabras clave: Dispersión Metropolitana; Belém; Isla de Mosqueiro.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a dispersão metropolitana de Belém, tendo como recorte empírico o distrito administrativo de Mosqueiro, espaço suburbano tradicionalmente utilizado como espaço de lazer. A Ilha de Mosqueiro, como também é conhecida, possui um conjunto de áreas de deposição de sedimentos que formam as praias de água doce, largamente utilizadas por banhistas da grande Belém. Nas últimas décadas, o espaço em questão passa por importantes redefinições ligadas à influência metropolitana, sobretudo a partir da instalação de novos assentamentos residenciais.

Neste artigo, parte-se da ideia de que a dispersão metropolitana é produto e condição da reprodução das relações sociais de produção do capital em uma escala geográfica mais ampla, pois é na metrópole que se encontra boa parte das condições objetivas de realização do trabalho. Convencionalmente, costuma-se atribuir importante papel à atividade industrial na explicação do processo de dispersão da metrópole. Lencioni (1991), reportando-se ao processo de reestruturação da indústria têxtil em São Paulo, afirmou que o contínuo processo de acumulação de capital nas mãos dessas empresas fez

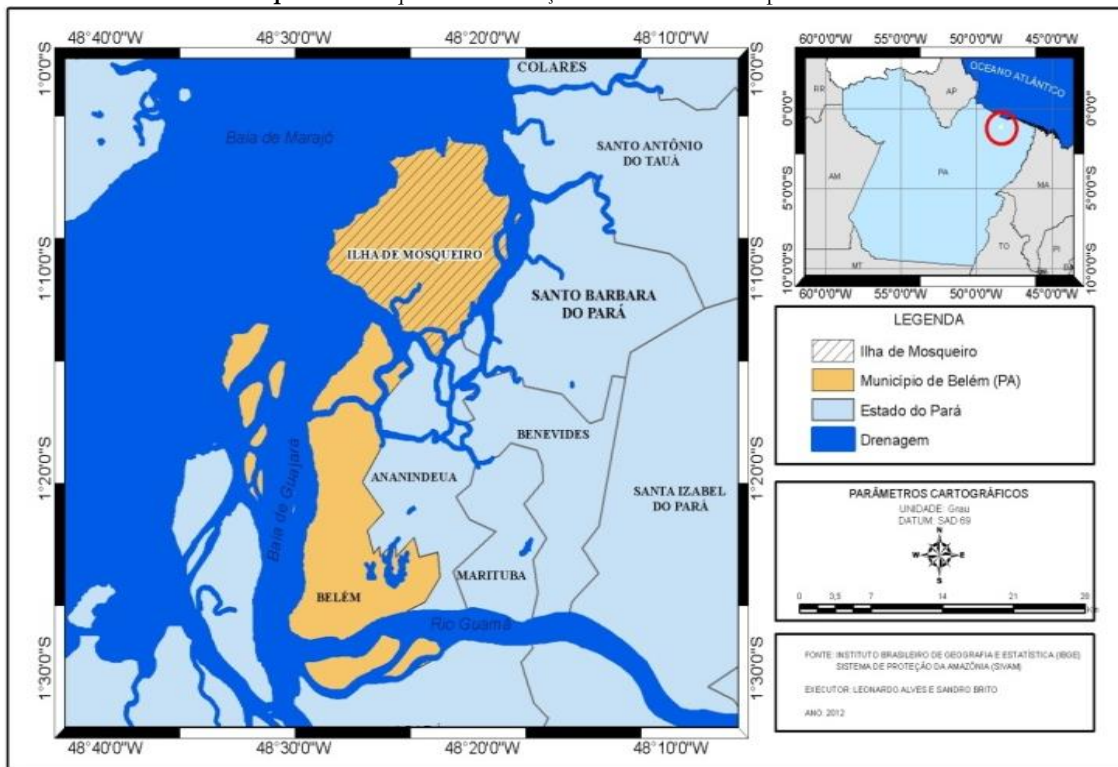
com que elas buscassem novas áreas para a expansão da atividade industrial, reduzindo com isso os custos de produção e ampliando as taxas de lucro.

Em se tratando de Belém, contudo, o crescimento de sua área urbano-metropolitana não tem sido induzido pelo aparecimento de novas plantas industriais nos municípios formadores da RMB¹. De fato, trata-se muito mais, como bem notou Trindade Jr. (1998), de uma dispersão orientada pela criação de áreas residenciais populares, sejam elas dirigidas por empresas privadas, sejam elas dirigidas pelo Estado, através de programas habitacionais. Convém considerar, ainda, as ocupações como um elemento característico do crescimento periférico da malha metropolitana de Belém.

Vale ressaltar que não se pode atribuir mecanicamente à ocupação das franjas do espaço metropolitano às camadas de baixa renda, como também demonstra Villaça (2001) sobre a ocupação das zonas periféricas despossuídas ou carentes de infraestrutura urbana. Isso é ainda mais válido quando consideramos os espaços suburbanos de lazer, apropriados pelas camadas sociais que possuem renda para arcar com a construção de uma moradia secundária. Por isso, a Ilha de Mosqueiro é um caso à parte dentro das áreas suburbanas do município de Belém (Mapa 01), já que seu tecido urbano residencial é, em boa medida, composto por moradias cujos proprietários não podem ser classificados como de baixa renda. Apesar disso, essas moradias não foram construídas por empresas incorporadoras, como geralmente acontece em outras metrópoles brasileiras, mas por um processo de autoconstrução de moradias.

¹ A atual Região Metropolitana de Belém é formada por seis municípios, a saber: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Santa Isabel.

Mapa 1 – Mosqueiro: localização dentro do município de Belém



Fonte: Base Cartográfica do Sistema de Proteção da Amazônia
Projeto Cartográfico: Leonardo Alves.

No Mapa 1 representa-se a ilha de Mosqueiro, distrito administrativo de Belém limitado ao norte pelo Rio Pará e pela Baía do Guajará, a oeste pela Baía de Santo Antônio, ao sul pela Baía do Sol e a leste pelo Furo das Marinhas, que separa a ilha do continente. Distante apenas 70 km de Belém, possui uma orla com 17 km de extensão, contendo 21 belas praias de água doce, resultantes das correntes fluviais da Baía do Marajó (PMB, 2004). Apesar da desconexão natural em relação ao distrito sede, a área em questão tem um papel relevante no processo de produção da metrópole.

Como se pretende demonstrar neste trabalho, a dispersão da cidade e, mais recentemente, da metrópole de Belém, ocorre por razões outras que não se explicam, em princípio, apenas pela lógica de acumulação do capital. Para tanto, o recorte espacial considerado é Mosqueiro que, embora faça parte da área de expansão do município de Belém, não foi afetado pela ação direta das empresas imobiliárias que atuam nos municípios da RMB e pelas políticas habitacionais do Estado, agentes responsáveis pela expansão da fronteira urbano-imobiliária. Há, portanto, uma expansão que ocorre por meio de formas não integralmente capitalistas de produção imobiliária, fenômeno este que justifica a análise desenvolvida no presente artigo.

A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E A QUESTÃO DA MORADIA

A teoria da produção social do espaço proposta por Lefebvre (1999, 2008) dá conta de que o espaço não pode ser concebido somente como produto da ação do homem sobre a natureza e da forma organizativa que estes homens criam para se relacionarem entre si, a fim de existirem em sociedade. Nem tampouco deve ser considerado como mero suporte das práticas sociais. Trata-se, em verdade, de considerá-lo simultaneamente como produto, condição e meio de realização das práticas humanas.

Como as cidades, especialmente as metrópoles, transformaram-se em espaços de grande concentração demográfica e de riqueza, a oferta de bens e serviços tornou-se necessária, mesmo que em condições insuficientes, à satisfação e à reprodução da sociedade metropolitana. No caso de metrópoles como São Paulo, por exemplo, estas teriam sua forma dispersa em boa medida ligada ao processo de reprodução ampliada do capital industrial, que, ao elevar a sua acumulação a patamares consideráveis, começa a investir parte desse capital em outras áreas. Com relação à configuração da metrópole paulista, Lencioni (1991, p. 65) observa que “a configuração da metrópole deste tempo - metrópole desconcentrada - significa uma reestruturação do espaço que aponta possibilidades estratégicas para a reprodução ampliada do capital”.

Vale ressaltar que os setores da economia que fazem esse movimento são variados, de modo que se vivencia hoje a realização de funções urbanas por um conjunto cada vez maior de cidades que se articulam de forma cada vez mais intensa. Esse processo expressa, peremptoriamente, a necessidade de interconexão que a divisão espacial do trabalho impõe para o funcionamento das atividades comerciais, fabris e de serviços. Com isso, as cidades passam a compor verdadeiros espaços metropolitanos polinucleados, cuja característica marcante é a formação de uma rede densa de fluxos de pessoas e de mercadorias entre os vários municípios formadores desse espaço.

Observando mais de perto, contudo, percebe-se que o capital não atua em todos os fragmentos do espaço metropolitano, até porque “certos aspectos do espaço são funcionais para frações de capital, enquanto outros não o são” (GOTTDIENER, 1993, p. 230). Assim, pode-se inferir que a forma dispersa que ostenta a metrópole pode ou não ser resultado direto da atuação das classes dos capitalistas. Dessa maneira, é possível conjecturarmos que, na metrópole, há espaços para ações que não são orientadas para fazer do espaço um produtor de valor excedente, de riqueza. Por isso, mesmo que o espaço metropolitano disperso revele a tendência espacial do capital em se espriar, isso não implica afiançar que este alastramento ocorra movido apenas por esta lógica.

Considerando o caso da Região Metropolitana de Belém, percebe-se, de acordo com a tabela 01, que existe uma grande concentração da riqueza sendo produzida pelo

município-sede da metrópole, isto é, Belém. Dos 21.145.556 bilhões de reais produzidos pelo conjunto de municípios da RMB em 2009, 78,15% se realizaram na capital paraense.

Tabela 1 – Belém: Produto Interno Bruto dos Municípios (2009)

Municípios	PIB	
	Em milhões de reais	Porcentagem
Belém	16.526.989	78,15%
Ananindeua	3.243.369	15,33%
Marituba	518.739	2,45%
Benevides	519.243	2,45%
Sta. Barbara	59.371	0,28%
Sta. Isabel	277.845	1,31%
Total	21.145.556	100%

Fonte: IBGE (2009). Organização: Sandro Brito.

Com isso, a organização espacial derivada da concentração de atividades econômicas no município-sede da metrópole de Belém tende a reforçar ainda mais o papel deste como polo de atração não só de atividades, como também de pessoas. Essa concentração de atividades na sede da região metropolitana ocorre de modo paralelo ao processo de dispersão, com atividades se desenvolvendo de forma cada vez mais difusa e integrando espaços mais distantes. Um dos exemplos marcantes dessa observação dentro do espaço metropolitano de Belém é, sem dúvida, Mosqueiro, notadamente no que tange à produção de residências.

Sem que o controle da terra estivesse nas mãos de agentes capitalistas interessados na reprodução ampliada do capital por meio do comércio de terras, a Ilha foi sendo gradativamente ocupada por residências de veraneio construídas, predominantemente, sem o intermédio de construtoras imobiliárias. Aqui, certamente, a produção de moradias assume papel de vanguarda no processo de dispersão da metrópole. Daí a importância de se entender a dinâmica da produção imobiliária e as condições para que o capital assumira diretamente (ou não) esta produção em determinados espaços da metrópole.

Os agentes responsáveis pela produção imobiliária capitalista comumente consideram dois elementos espaciais indispensáveis para incorporar determinadas áreas: a infraestrutura urbana presente no lugar e a acessibilidade deste com relação aos centros comerciais e de serviços metropolitanos. Tendo em vista que o espaço metropolitano é heterogêneo em termos dessas duas características, temos que o capital imobiliário prefere, naturalmente, aplicar seus investimentos onde esses traços de valorização espacial encontram-se mais presentes, mesmo porque os consumidores finais – que são aqueles que irão comprar tais imóveis –, demandam esses atributos, conferidos não somente ao imóvel, mas também ao espaço do entorno.

Com isso, nas áreas centrais das metrópoles onde existem inúmeras lojas, *shoppings centers*, serviços educacionais e de saúde, o custo com a incorporação da terra urbana é ainda maior do que nas áreas onde essa complexidade funcional é menor. Por esta razão, a produção imobiliária nas áreas centrais, apoiada na relação entre capital e trabalho assalariado, deve se repetir o maior número de vezes, com a finalidade de ampliar o retorno sobre o capital investido. É por este motivo que essa produção residencial deve assumir a forma verticalizada.

De acordo com Trindade Jr. (1998), é a partir da década de 1970 que o processo de verticalização ganha destaque na produção do espaço metropolitano de Belém, iniciando-se no bairro do comércio para depois se espriar para os bairros de Nazaré, Batista Campos, Reduto e Umarizal; todos em torno do núcleo central da cidade. Ainda segundo esse autor:

(...) a viabilização da verticalização, entretanto, pressupunha, em grande parte, a ocupação da Segunda Léguas², uma vez que, esgotadas as áreas mais altas no interior da Primeira Léguas, a produção de prédios de apartamentos para a classe média passaria a se deslocar para as áreas de baixadas – até então espaços favelados –, como de fato veio ocorrer posteriormente (TRINDADE JR., 1998, p. 117-118).

Sendo assim, a perpetuação da produção capitalista do espaço pressupõe a superação³ do estado estacionário da reprodução simples do capital (HARVEY, 2005), isto é, daquela produção que não é seguida de acumulação suficiente para que o dinheiro seja transformado em mais capital, ou, em outras palavras, em mais investimentos na produção imobiliária.

Com a reprodução ampliada do capital a lógica é inversa, pois o mesmo expande suas relações de produção para outras áreas geográficas da metrópole, na forma de assentamentos verticais e horizontais, comumente conhecidos como condomínios exclusivos. Logo, a organização espacial e a expansão geográfica do imobiliário são necessárias para o processo de acumulação (HARVEY, 2005).

Entretanto, se a metrópole é, de um lado, o espaço por excelência da produção de riqueza pelo capital e dos fluxos intensos, por outro, ela é também o da produção de pobreza, evidenciada com a produção de moradias, pelos seus próprios proprietários, de forma improvisada. Desse modo, a dispersão dos assentamentos espontâneos precários, bem como a dispersão de condomínios concebidos e edificados por empresas imobiliárias

² Segunda Léguas corresponderia à periferia distante, ao passo que a Primeira Léguas à Área Central de Belém.

³ Superação aqui não quer dizer eliminação, anulação, mas apenas quer demonstrar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista requer um processo de hegemonização do grande capital na vida econômica da metrópole.

especializadas constituem parte de um mesmo processo que é a segregação socioespacial. O alastramento desta lógica reforça a especulação imobiliária em determinados eixos da metrópole que até então despertavam pouco ou nenhum interesse por parte do capital imobiliário. Com isso, a tendência é que as classes populares sejam empurradas para áreas periféricas ainda mais distantes.

Um exemplo disso é o distrito administrativo de Mosqueiro, referência empírica do presente estudo, que tem experimentado nos últimos anos um crescimento do número de assentamentos “espontâneos” de uso permanente, observado com o crescimento de sua população de 14.460 em 1980 para 27.896 em 2000, ou seja, 80,4% de incremento demográfico (IBGE, 2000). Por tal razão, isso vem mudando, de alguma forma, a função de destaque da Ilha, estabelecida desde finais do século XIX, com a edificação de residências de veraneio para proveito de seu espaço para fins de lazer.

Não obstante, os assentamentos de uso ocasional jogam um peso importante para entendermos a dispersão residencial da metrópole de Belém com base na ocupação de áreas da periferia distante por frações da sociedade não identificadas como de baixa renda. Não é sem motivo que se torna indispensável discutir a relação entre localidade escolhida para a construção de habitações de uso ocasional, acessibilidade e a presença de infraestrutura nas franjas urbanas.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM

A fronteira amazônica sobre a qual se refere Becker (1998) não corresponde aos limites político-administrativos regionais, mas sim ao movimento econômico posto pelo capital nacional e internacional, em virtude da sua necessidade de se reproduzir a partir de uma escala geográfica mais ampla.

Esse processo se opera na região a partir da década de 1960, quando o Estado brasileiro lança mão de programas e projetos destinados a estabelecerem o efetivo domínio sobre os recursos naturais regionais, o que implicou no controle sobre o modo como esses recursos deveriam ser explorados e por quem deveriam ser apropriados. Para tanto, foi necessário associar-se com o grande capital.

Esse fato permitiu uma grande concentração de terras nas mãos de corporações nacionais e multinacionais “(...) sediadas no Sudeste, principalmente em São Paulo e Minas Gerais” (BECKER, 1998, p. 26). Associado a isso, a indisponibilidade de recursos técnicos e financeiros tirou a possibilidade de centenas de milhares de trabalhadores, que para a

região migraram, de viverem do trabalho na terra. Assim, dependentes da oferta de empregos pelos detentores da terra e do capital, os trabalhadores, em sua maioria imigrantes, viram-se obrigados a se deslocar frequentemente pelo espaço regional em busca de novas frentes de ocupação.

Além disso, boa parte do capital que para a região concentrou-se apenas em alguns pontos do território regional, especialmente o capital industrial. Um exemplo emblemático disto é a Zona Franca de Manaus. Assim, a maior parte do capital continuava a ter maior interesse pelo estado de São Paulo. Essa concentração econômica e urbana da capital paulista se deve, sem dúvida, ao fato deste Estado ter sido pioneiro no processo de industrialização no País, algo que vai requerer, com o passar do tempo, a incorporação de novos espaços, inclusive pertencentes a outras regiões, a exemplo da região Norte. Desse modo, a urbanização amazônica:

(...) é uma decorrência do processo de industrialização verificado no País, no qual a fronteira econômica se coloca como uma necessidade de busca de recursos que atendam não só a dinâmica econômica mundial, como também a industrialização interna (TRINDADE JR. 1998, p. 77).

Apesar desse movimento do capital ocorrer em nível regional, não se pode afirmar que em Belém ocorreu um processo de metropolização conduzido, majoritariamente, por atividades industriais. Seu crescimento urbano e econômico foi muito mais dependente do desenvolvimento de atividades ligadas ao setor de serviços e ao comércio, ainda que com predominância do capital variável em relação ao capital constante⁴. Desse modo, alguns traços típicos do circuito inferior da economia urbana caracterizaram o setor comercial e de serviços em Belém.

Conforme a Tabela 02, desde a década de 1970 já era possível visualizarmos um processo de urbanização em âmbito regional que, segundo Trindade Jr. (1998), é resultado tanto dos fluxos migratórios em direção às cidades, quanto em virtude do desenvolvimento de novas cidades, que passaram, portanto, a dividir, com as capitais, o crescimento demográfico regional.

Entre 1980 a 2010 a população do Estado do Pará saltou de 3.403.391 para 7.581.051, o que corresponde a uma diferença de 4.177.660. Já a população da RMB saiu de 917.720 habitantes para 2.101.883, isto é, uma diferença de 1.184.163.

⁴ O capital constante é constituído pelos meios de produção, ao passo que o capital variável é constituído pela força de trabalho. No circuito superior da economia urbana a tendência é que o primeiro prevaleça perante o segundo, dado o alto volume de capital acumulado ou disponível (por meio do crédito) aos setores econômicos que dele fazem parte.

Tabela 02 – Região Norte: Concentração da População Urbana (1970-2010)

ANOS	POP. TOTAL (A)	POP. URBANA(B)	(%) (B/A)	POP. DAS CAPITAIS (C)	(%) (C/B)
1970	3.603.860	1.626.600	45,13	1.235.582	75,96
1980	5.880.268	3.037.150	51,65	2.022.178	66,58
1991	10.030.556	5.922.574	59,05	3.089.460	52,16
2000	12.893.561	9.002.962	69,82	3.891.300	43,22
2010	15.864.454	11.664.509	73,52	4.870.827	41,75

Fonte: Trindade Jr.(1998), Censo demográfico (2000, 2010). Atualização: Sandro Brito.

Observa-se que a urbanização amazônica combina, de modo particular, formas de produção moderna provenientes de outros países (ou regiões), com a intensa exploração da força de trabalho, além do alto grau de seletividade espacial dos negócios, sendo, portanto, produto e fator para o desenvolvimento nacional desigual e combinado.

Como resultado desse fluxo migratório para as cidades, nomeadamente as capitais estaduais, vivencia-se uma “explosão” de assentamentos clandestinos como parte constitutiva de seus processos de metropolização. Diante disso, o comércio varejista e os serviços modernos têm poucas chances de se dispersarem, pois a distribuição espacial dos mesmos é determinada pelo movimento das classes sociais solváveis. Logo, quanto maior a quantidade de pessoas de alto poder aquisitivo compondo a população metropolitana, maiores são as chances para que ocorra a desconcentração da produção econômica baseada nessas atividades. Como bem enfatiza Villaça (2001), a (re)distribuição espacial das classes determina a (re)distribuição espacial dos serviços tanto privados como públicos.

De qualquer maneira, a constituição de um aglomerado cada vez mais amplo apontou para um processo de metropolização de Belém, distinto, a bem da verdade, do que aconteceu em outras cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nas quais esse processo foi acompanhado pela criação de várias centralidades urbanas.

Essa é a razão pela qual se conclui que a dispersão metropolitana de Belém. O processo em questão não se deve, fundamentalmente, à reprodução ampliada do capital industrial, para o qual a incorporação de novos espaços se torna um elemento indispensável, tampouco ocorre em virtude da desconcentração dos serviços e das atividades comerciais ligadas ao circuito superior da economia, que exigem a presença ou a proximidade com as classes mais abastadas. No dizer de Trindade Jr. (1998), amparado pelas proposições de Gottdiener (1993), é a articulação entre o Estado e os agentes da produção imobiliária residencial popular, que formam a vanguarda das transformações espaciais e são, por isso, os grandes responsáveis pela dispersão do tecido urbano-metropolitano de Belém.

Tomando Trindade Jr. (1998) por base, pode-se afirmar que até a década de 1970, o espaço urbano de Belém se encontrava confinado ao que se convencionou chamar de Primeira Léguas Patrimonial. Era também nesse espaço que a maioria das ocupações, nomeadas de “espontâneas” por esse mesmo autor, surgiram.

Contudo, com o remanejamento de parte da população das ocupações centralmente localizadas e com a valorização capitalista das terras outrora desvalorizadas, houve um processo contínuo de incorporação das áreas dentro da periferia distante (Segunda Léguas Patrimonial) da cidade, pelas ocupações “espontâneas”, sobretudo a partir da década de 1970, pois se tratavam de áreas carentes em serviços e em infraestrutura urbanos.

Todavia, cabe ressaltar que nem sempre o valor *no* espaço (acessibilidade) e *do* espaço (condições naturais e/ou urbanas locais) de baixo grau condiciona a ocupação da área pelas camadas sociais de baixa remuneração.

Em se tratando de Mosqueiro, ou seja, de um espaço periférico de lazer, frequentado apenas esporadicamente, o interesse por um imóvel para veraneio, por exemplo, não tem como principal determinação o valor *no* espaço, mas sim o valor *do* espaço. Por essa razão, a principal causa para que o capital de incorporação tenha interesse em construir imóveis para fins de lazer é a demonstração das classes sociais solváveis de renda elevada em dispor de parte desta para a aquisição destes.

Por outro lado, no que diz respeito aos assentamentos de uso permanente ligados às classes sociais mais abastadas, o valor *no* espaço assume grande importância. Por esse motivo, a área de expansão da metrópole, até a década de 1980, foi alvo, especialmente dos assentamentos residenciais dirigidos pelo pequeno e médio capital de incorporação (TRINDADE JR., 1998). Atualmente, contudo, percebe-se a presença do grande capital imobiliário nesses vetores, sendo, por isso, um indicativo de que o circuito superior da produção imobiliária vem, cada vez mais, transcendendo os limites da Primeira Léguas Patrimonial. A título de exemplo, nos municípios de Marituba e de Ananindeua – ambos cortados pela BR-316 – estão sendo construídos empreendimentos imobiliários com um grau de sofisticação raramente vistos na área de expansão da RMB.

Enfatiza-se este ponto porque isso condiciona a prática de ocupações em áreas da periferia distante onde o capital ainda não transformou a terra em um bem a ser trocado com outro capitalista que, por sua vez, pretende usar de seu capital para dotar o espaço de valores de uso a serem, igualmente, trocados.

Parece-nos, portanto, pertinente declarar que o distrito administrativo de Mosqueiro se configura, sobretudo a partir das duas últimas décadas, como um novo espaço de atuação dos grupos sociais excluídos que lutam pelo acesso à moradia.

A abertura da rodovia Meira Filho (1965) e a construção da ponte Sebastião de Oliveira (1976) consolidaram a conexão rodoviária entre o território continental e a sua parte insular até então feita apenas pelo transporte fluvial.

A realização dessas duas obras de grande magnitude para a época sintetizou a articulação entre a esfera pública e privada, processo que, por um lado, contou com a participação do governo estadual, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagens (DER-PA) e, de outro, com a participação de particulares, através da Mosqueiro Empreendimentos e Turismo S/A (META), que se encarregou de organizar um *lobby* (atividade de pressão de grupos, ostensiva ou velada), a fim de arrecadar capital para a construção da ponte.

Com o processo de metropolização, a composição da estrutura sócio-ocupacional do mercado de trabalho em Belém se diversifica. Aproveitando-se disto, objetivou-se estimular o desenvolvimento da atividade turística na Ilha, através da entrada do capital imobiliário e hoteleiro, principalmente. Contudo, passados mais de vinte anos, o que se vê em Mosqueiro é a presença do pequeno capital imobiliário e de pequenos hotéis e pousadas; ainda assim de forma inexpressiva (Tabela 03).

Tabela 3 – Belém: estabelecimentos de hospedagem cadastrados e não cadastrados, segundo o distrito administrativo (1998)

DISTRITO ADMINISTRATIVO	ESTABELECEMENTOS DE HOSPEDAGEM					
	CADASTRADOS			NÃO CADASTRADAS		
	Estabelecimentos	Unidade habitacional	Leitos	Estabelecimentos	Unidade habitacional	Leitos
DAMOS	1	31	62	3	46	106
DAOUT	-	-	-	-	-	-
DAICO	-	-	-	-	-	-
DAENT	1	108	206	2	42	70
DABEL	11	1.247	2.457	18	604	110
Total	13	1.386	2.725	23	692	286

Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico do Município de Belém (2000).

Conforme a Tabela 3, dos 2.725 leitos cadastrados disponíveis em Belém, apenas 2,27% cabia a Mosqueiro em 1998. Dos não cadastrados, porém, essa porcentagem sobe para 37,06%, algo que sugere o domínio do circuito inferior da economia hoteleira não cadastrada em Mosqueiro, cuja característica é o reduzido volume de capital disponível pelos proprietários dos hotéis, bem como o baixo ou nenhum emprego de publicidade para atrair os turistas. Quais as razões, então, para que a incorporação imobiliária em Mosqueiro não fosse dirigida pelo grande capital?

No que tange à produção imobiliária para fins de hospedagem, isso pode se explicar pelo baixo volume de acumulação de capital pelos proprietários de hotéis existentes na capital, de um lado, e pela inexistência de um fluxo relativamente constante de pessoas com melhor poder aquisitivo, interessadas em se hospedar em Mosqueiro, de modo que justifique o investimento dos setores com maior nível de acumulação.

Além disso, o acesso à terra em Mosqueiro acontece pela mediação do pequeno capital imobiliário ou pela ação de ocupantes que comercializam o lote ilegalmente para indivíduos que não têm como propósito incorporar a terra ao circuito formal do mercado imobiliário. Portanto, a produção residencial de uso ocasional, nesse caso, obedece ao que Ribeiro (1997) classifica como produção não mercantil, isto é, “quando é o usuário da moradia quem obtém o terreno (comprando, por herança etc.) e realiza a construção” (RIBEIRO, 1997, p. 156). Os assentamentos de uso ocasional possuem algumas especificidades que explicam o interesse da classe média em possuir uma residência em localidades afastadas da área central da metrópole, nas quais o aglomerado urbano é restrito em termos de bens e serviços. Eis, a seguir, algumas delas: a) a disponibilidade de grandes extensões de terras a um preço relativamente barato; b) o uso sazonal do imóvel; e c) o uso do espaço para fins de lazer.

Diferentemente da maioria dos assentamentos de uso permanente, dirigidos pelo capital de incorporação, os proprietários dos assentamentos de uso ocasional demandam um lote de terra maior do que aquele que é comumente utilizado para a edificação de uma moradia para uso permanente. Isso acontece porque há disponibilidade de terras a preços relativamente mais baixos se comparados às terras localizadas na área central ou próximas dela.

Por isso, as áreas onde o metro quadrado é mais barato são ocupadas por assentamentos “espontâneos” de uso permanente ligados aos grupos sociais excluídos. Entretanto, é possível a formação de assentamentos residenciais nessas áreas ocupadas por frações da sociedade com melhores condições de renda. É com razão, portanto, que Villaça (2001) tenha relativizado a relação entre preço da terra e a composição social que a ocupa:

(...) não é rigorosamente que o preço da terra determina a distribuição social das classes sociais. Ficaríamos um pouco mais próximos (mas ainda não totalmente) da verdade se afirmássemos que os terrenos mais caros são ocupados pelas camadas de alta renda, pois na periferia de metro quadrado barato a alta renda ocupa terrenos grandes ou, em se tratando de condomínios verticais, grandes cotas ideais de terrenos (VILLAÇA, 2001, p. 146).

Esta consideração é ainda mais válida quando levamos em conta as segundas residências, visto que estas são um tipo de “alojamento turístico particular, utilizado

temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que tem domicílios permanentes em outro lugar” (TULIK, 2001, p. 9). Assim, a natureza ocasional do uso dos imóveis torna menos imperiosa a proximidade com os centros urbanos, ao contrário do que acontece com as residências de uso permanente. Por esta razão, como bem frisou Villaça (2001), o metro quadrado barato da terra não pode ser mecanicamente associado ao seu uso pelas camadas populares.

Entretanto, essa “espontaneidade” na produção dos assentamentos de uso ocasional só acontece quando o capital imobiliário, principalmente o mais desenvolvido, não está à frente da produção dos espaços de lazer. Em Mosqueiro, por exemplo, a produção das residências secundárias se dá de forma “espontânea”. Isso porque a terra não foi ainda valorizada ao ponto de servir como moeda de troca para a acumulação ampliada de capital, através da produção capitalista do imobiliário pelo capital de incorporação. Contudo, recentemente, a Ilha vem se convertendo em um novo espaço de assentamentos clandestinos, ressaltando uma das características das metrópoles de países subdesenvolvidos, embora, é forçoso reconhecer que na RMB a presença de ocupações seja extremamente notável. Isto se deve, em boa medida, ao modo de inserção da região amazônica à economia nacional e internacional.

Essas formas não capitalista e não integralmente capitalista fizeram com que houvesse um crescimento do número de residências secundárias, bem como promovesse a Ilha como uns dos principais balneários dentro do espaço metropolitano de Belém, fato este que pode ser constatado por meio da movimentação mensal de passageiros nos terminais rodoviários. Em Mosqueiro essa movimentação cresce durante o período de feriados prolongados, finais de semana e, notadamente, durante o mês de julho (férias escolares). De acordo com a Fundação dos Terminais Rodoviários do Estado do Pará (FTERPA), em 1992, dos 351.048 passageiros que saíram do terminal rodoviário da Ilha, localizado no bairro da Vila, 72.942 deslocaram-se no mês de julho, isto é, 20,78% do total. Em 1995, quase 1.000.000 passageiros saíram de Mosqueiro, sendo 193.994 (20,03%) durante as férias escolares, ao passo que no mês de janeiro, março, abril e maio, do mesmo ano, esse percentual foi 7,82; 6,22; 6,73 e 5,69, respectivamente.

Esse baixo desenvolvimento do setor hoteleiro em Mosqueiro se percebe nos demais ramos do setor terciário na Ilha, posto que o desenvolvimento do circuito superior da economia terciária exige negociações ou trocas diárias. Para tanto, seria necessário que existisse um contingente considerável de pessoas com poder aquisitivo suficiente, vivendo em Mosqueiro, ou que acessasse os bens e serviços que, por ventura, o capital pudesse disponibilizar na Ilha.

Assim, o perfil econômico de Mosqueiro ratifica uma das características do processo de dispersão da metrópole de Belém que se baseia no surgimento de novos espaços de assentamentos residenciais, à medida que o comércio varejista, atacadista e também os serviços urbanos concentram-se próximos das áreas residenciais. Entretanto, a presença, em maior número, do grande, médio e pequeno capital terciário é determinada pelas formas de produção de moradias, que marcam o lugar considerado.

Em se tratando de Mosqueiro, a sua inserção na dinâmica metropolitana de Belém vem, aos poucos, assumindo uma nova feição. Hoje se observa que está ocorrendo um crescimento das residências de uso permanente em um ritmo mais acelerado do que dos assentamentos de uso ocasional, boa parte disto se deve à comercialização de imóveis por corretores imobiliários independentes e, sobretudo, pelo aumento, nos últimos anos, do número de ocupações, principalmente ao final da década de 1990.

A NATUREZA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO RECENTE DE MOSQUEIRO

Ao analisarmos a Tabela 4, notamos que em dezesseis anos (de 1980 a 1996), a população de Mosqueiro ganhou cerca de 6.000 novos habitantes, ao passo que entre 1996 a 2010 o acréscimo foi bem maior, o correspondente a aproximadamente 12.000 habitantes, ainda que isso tenha ocorrido num período de tempo menor (14 anos).

Tabela 04 – Mosqueiro: população urbana e rural (1996-2010)

Distrito	1996		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Mosqueiro	15.759	5.598	26.139	1.757	31.394	1.838

Fonte: Contagem populacional (IBGE, 1996), censo demográfico (IBGE, 2000, 2010). Org.: Sandro Brito.

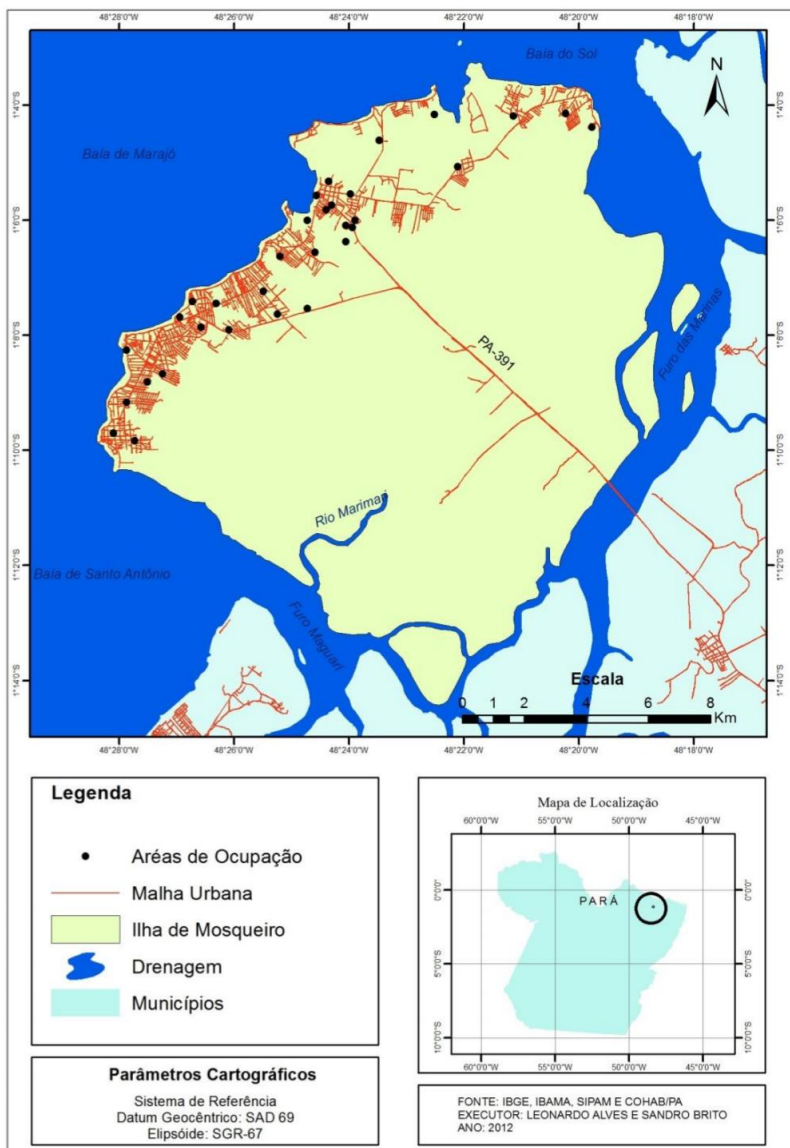
Em seu estudo sobre a periferização de Mosqueiro, Ferreira (2010) dá ênfase ao aumento no número de ocupações que vêm acontecendo nesse distrito. Ela ressalta, inclusive, que esse crescimento, na área de expansão, é mais expressivo que no centro da metrópole. Todavia, gostaríamos de recordar que esse crescimento não se deve apenas ao aparecimento de novas áreas de primeira residência, formadas por meio de ocupações, mas também à mudança no uso das moradias de veraneio, que estão sendo convertidas em moradias de uso permanente.

Vemos, pois, o aumento da população urbana em Mosqueiro, de um lado, e o decréscimo da população rural, de outro. Em referência ao primeiro caso, o distrito obteve

um acréscimo de 15.635 habitantes em sua população urbana ou 49,80% em apenas quatorze anos, enquanto que sua população rural caiu de 5.598 para 1.838, isto é, uma diferença de 3.760, que corresponde, em termos percentuais, a 67,16%.

Com o aumento das ocupações irregulares na Ilha, principalmente a partir do final da década de 1990, esse cenário começa a sofrer alterações importantes. De acordo com Ferreira (2010), o número de assentamentos espontâneos em Mosqueiro cadastrados pela Prefeitura de Belém de 1998 até 2010 cresceu assustadoramente. Neste ínterim, segundo a própria autora, “(...) Mosqueiro passou de quatro para 32 áreas ocupadas irregularmente, significando um avanço de 700% no número de áreas ocupadas de forma irregular” (FERREIRA, 2010, p. 66). No Mapa 2 é possível identificar parte desses espaços na área em estudo:

Mapa 2 – Assentamentos “espontâneos” de uso permanente em Mosqueiro



Fonte: Ferreira (2012).

Esse alastramento das áreas residenciais em Mosqueiro não é seguido pelo alastramento de equipamentos urbanos de uso coletivo. Estes ainda se encontram concentrados, sobretudo no município-sede da metrópole, o que dificulta a incorporação definitiva de Mosqueiro como espaço de moradia permanente pelas camadas sociais melhor remuneradas. Contribui para isto também o fato de a Ilha se localizar a 32 km de distância da BR- 316, principal via de acesso aos demais municípios da RMB.

Com a produção capitalista mais desenvolvida do imobiliário residencial nos municípios cortados pela BR-316, a exemplo de Ananindeua, Marituba e Santa Isabel, a tendência é que nesses espaços comece a se desenvolver um setor terciário mais moderno, atraído pela presença de camadas sociais solváveis, residentes em conjuntos habitacionais dirigidos pelo grande capital. Esta valorização capitalista do espaço, em determinados eixos da área de expansão da metrópole belenense, tende a empurrar para locais ainda mais longínquos, as ações dos grupos sociais excluídos que lutam pelo direito à moradia, a exemplo de Mosqueiro.

Um dos obstáculos para o desenvolvimento da produção capitalista imobiliária em Mosqueiro é a grande disponibilidade de casas utilizadas como segunda residência no mercado. Estas, além disso, dispõem de um padrão de qualidade acima da média se comparada às casas que servem de moradia permanente na periferia metropolitana em países de capitalismo dependente. Desta forma, para os futuros usuários, é preferível comprar estes imóveis já prontos e com um preço relativamente menor do que os oferecidos pelas incorporadoras que atuam nos eixos de expansão mais próximos do centro metropolitano. Como exemplo, a Figura 01 apresenta um imóvel avaliado em \$ 90.000,00 (noventa mil reais), com jardim, estacionamento, varandas, casa para caseiro, salas, quartos, cozinha, além de vista para a praia.

Figura 01 – Residência secundária situada no bairro São Francisco



Fonte: Ferreira, 2016.

A figura do corretor de imóveis, que intermedeia a comercialização de moradias edificadas por construtoras especializadas no setor e financiadas por um sistema de crédito específico, viabilizado pela atuação do capital de incorporação, é praticamente inexistente onde essa produção capitalista da moradia não se realiza. É baseado nisso que afirmamos que os assentamentos de uso ocasional em Mosqueiro foram produzidos de forma “espontânea”.

Todavia, com o crescimento urbano de Belém e a conseqüente dispersão de sua malha metropolitana, a partir de formas capitalistas de produção do imobiliário, a Ilha começa a ser decisivamente incorporada por novos assentamentos residenciais de uso permanente, entretanto, com fortes traços de precarização, denotando a ampliação da escala geográfica de reprodução da segregação socioespacial. Com isso, muitos proprietários de residências secundárias, que prezavam pelo relativo isolamento e sossego, passam a não se interessar mais em manter uma moradia de uso ocasional na Ilha, fato este que se soma ao alto custo de manutenção do imóvel. No dizer do corretor Tarcísio:

Tem muita casa sendo vendida em Mosqueiro por vários motivos. Por exemplo, os filhos cresceram, aí não querem mais frequentar o balneário. Querem ir pra outros lugares. Aí eles abandonam os imóveis. Com isso eles ficam deteriorados. Tem o medo de assalto também. Ainda tem a despesa com caseiro, IPTU etc. (Tarcísio, corretor imobiliário, entrevista realizada em 15/08/2012).

Percebemos que não se trata de uma relação entre construtora imobiliária e empresas especializadas na venda de imóveis. Trata-se, em realidade, de uma relação entre o proprietário, usuário do imóvel, e o corretor que trabalha por conta própria. Este tipo de relação é intrínseco ao circuito inferior da economia urbana, uma vez que não se sustenta na relação entre agentes capitalistas, isto é, na divisão do trabalho como capital.

Assim, Mosqueiro detém uma grande quantidade de imóveis residenciais não efetivamente ocupados e de boa qualidade, por se tratarem de moradias para veraneio. Como a Ilha não está às margens dos principais vetores de expansão da metrópole, seus imóveis não estão tão sujeitos à especulação. Por isso, eles possuem um preço relativamente menor do que aqueles mais diretamente ligados ao centro metropolitano. Desse modo, é possível comprar uma casa em Mosqueiro acabada e com um número de cômodos maior, a um preço menor do que o comumente estipulado nas áreas próximas do centro metropolitano:

Aqui você encontra casas boas a um preço mais barato que Marituba, Ananindeua, Belém. Você encontra casas mais baratas e de melhor qualidade. Além de você morar num lugar cheio de praias. Isso influencia muito também (Tarcísio, corretor de imóveis, entrevista realizada em 15/08/2012).

Vale ressaltar que a conversão das residências secundárias em residências primárias ocorre na dependência da economia local, visto que o maior número de compradores advém do próprio município de Belém. Seja como for, porém, o fato é que Mosqueiro vem se transformando em um novo espaço de assentamento de residências de uso permanente, especialmente em função da ação ou não de organizações populares que lutam pelo acesso à moradia.

De antemão gostaríamos de sinalizar que a expansão de assentamentos residenciais clandestinos não é privilégio apenas de Mosqueiro. Por isso, em realidade, eles reforçam uma das principais características da RMB, que é a presença maciça de ocupações em seu espaço institucional. De acordo com o Centro de Estudos da Metrópole (2007), 50% dos domicílios da Região Metropolitana de Belém são classificados como subnormais (FERREIRA, 2010).

Se Mosqueiro outrora se destacava por ser um espaço suburbano de lazer, hoje, entretanto, afirmamos que este distrito vem se conformando como um novo espaço de assentamentos residenciais precários, onde se percebe, por conta disto, o aumento da concentração de pobreza em seu território. Nas duas últimas décadas a carência, expressa na paisagem desses assentamentos, tornou-se um traço marcante da Ilha. Um deles é o assentamento Mártires de Abril.

Fundado em 1999, esse assentamento foi resultado da ação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em uma área pública concedida à extinta empresa denominada Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA). Essa ação, em pleno espaço metropolitano, sinaliza uma nova tática adotada pelo movimento, a qual prevê a ocupação de áreas localizadas em ambientes urbanos, com a finalidade de mitigar os problemas vivenciados em lugares distantes dos mercados consumidores e com precária infraestrutura de circulação. Como colocado por Oliveira (1996), a aproximação significa:

(...) obter um preço melhor para seus produtos, ou ainda para buscar condições e vantagens creditícias e/ou técnicas de modo a poder ter condições para continuar camponês, ou seja, continuar produzindo com sua família na terra (OLIVEIRA, 1996, p. 474 apud BRINGEL, 2001, p. 47).

Para o movimento, sem isso, a base familiar da produção agrícola camponesa experimenta extremas dificuldades. Não que elas deixem de existir com a proximidade em relação aos centros urbanos. Todavia, elas tornam-se menos agudas, muito em função, também, do acesso aos projetos intermediados por instituições estatais com sede na capital.

Contudo, a produção agrícola familiar do assentamento não dá conta de suprir as necessidades da família camponesa, de modo que esta procura suplementar sua renda com atividades tipicamente urbanas, contribuindo, assim, com o fluxo diário de pessoas entre Mosqueiro e Belém. Com isso, na luta pelo direito à terra e pela sobrevivência, o camponês torna-se parte integrante da dinâmica metropolitana ao viver, cotidianamente, o trânsito e o mercado de trabalho precários que a lógica do capital impõe para a (re)produção do espaço urbano.

Outro assentamento precário é o Dorothy I. Criado em 2002, este assentamento está localizado às margens da PA-391 (Rodovia Augusto Meira Filho). Os moradores desse assentamento, em geral, garantem parte de sua sobrevivência utilizando uma parcela do terreno para a criação de animais e para pequenas plantações. Contudo, da mesma forma que no Mártires de Abril, essas atividades são insuficientes para assegurar a manutenção da família, de modo que, conforme entrevista, os responsáveis pela renda familiar são obrigados à buscar trabalho na parte continental de Belém. Por isso, boa parte

(...) tem que se deslocar pra Belém. A maioria se desloca pra Belém todo dia. Aí foi bom esse ônibus que pega, que cinco horas passa aqui. Aí fica bom pra eles, passa de manhã cedinho (Franciele, assentamento Dorothy I, entrevista realizada em 28/05/2012).

A dificuldade de quem precisa do transporte coletivo, diariamente, é grande, tanto em termos financeiros, como em termos de acomodação e tempo. Em Mosqueiro, por exemplo, a passagem mais barata cobrada pela empresa Viagem Bem Transportes custa três reais e trinta centavos, ao contrário dos coletivos que fazem o transporte dentro do continente, nos quais a tarifa é de dois reais.

Na ocupação Jardim Rosália, mais próxima do centro urbano de Mosqueiro, no bairro do Chapéu Virado, a preocupação é a mesma, conforme nos relatou Dona Vera em entrevista. “A dificuldade de locomoção é muito grande. Ônibus só na pista principal, só na dezesesseis de novembro, ainda com grande risco de vir lotado” (Assentamento Jardim Rosália, entrevista realizada em 14/06/2012).

Surgida nos anos de 2002, o assentamento Jardim Rosália expressa um dos aspectos que também contribui para explicar o aparecimento de novos assentamentos residenciais precários. Trata-se do crescimento vegetativo. Como os(as) filhos(as) vão casando e constituindo as suas próprias famílias, cresce a necessidade dos mesmos em adquirir a sua própria moradia. Entretanto, sem condições de comprar uma residência no mercado imobiliário formal, os mesmos, quando possível, recorrem à ocupação para conquistar o acesso à casa própria.

| Sandro Brito Ferreira | José Queiroz de Miranda Neto |

Quem invadiu aqui invadiu para morar. A grande maioria é paraense e mosqueirense. São pessoas, assim, com seus antepassados menos distantes. Mas as pessoas que estão aqui hoje são pessoas da geração de pai e mãe que arrumaram filho e arrumaram esposa e moravam junto com a mãe, com cunhado e que aí surgiu a grande oportunidade de ter um barraco, houve muita solidariedade. Tinha casa com seis famílias (Dona Vera, assentamento Jardim Rosália, entrevista realizada em 14/06/2012).

Se, por um lado, o aspecto econômico explica em boa medida a escolha dos posseiros por Mosqueiro, por outro, a organização política dos mesmos e a possibilidade de articulação dos assentados com o poder político local institucionalizado tiveram também grande peso.

Em 2002 foi a grande invasão. Aí os antigos proprietários tentaram reaver tudo. Aí já tinha essa associação comunitária que apoiava, já tinham partidos políticos que apoiavam, que na época era o PT, o Getúlio que nos deu apoio. Nessa época nós buscamos apoio nesses partidos, era a chamada esquerda. Esses apoios foram muito importantes na época. Imagina, eu tinha uma filha de dois anos de idade, pra mim morar dentro de mata onde nem carro entrava. O que eu mais queria era ouvir a fala de alguém pra pedir socorro (Dona Vera, assentamento Jardim Rosália, entrevista realizada em 14/06/2012).

(...) o prefeito que está aí agora ele quer que a gente vire as costas pra ele e a gente teve muito apoio na época que nós ocupamos. Foi o Edmilson, ele nos deu muito apoio, deu bastante na questão da terra (Maria do Carmo, assentamento Mártires de Abril, entrevista realizada em 5/06/2012).

Assim, a precarização da dispersão metropolitana, que se expressa nesses novos assentamentos, nos revela uma dinâmica segundo a qual a ausência de controle dos produtores diretos sobre as condições objetivas para a solução definitiva dos problemas elementares que assolam parcelas nada desprezíveis da população metropolitana, na Amazônia oriental, é uma condição indispensável para explicar a articulação entre os posseiros e os políticos de Estado.

No Dorothy II, a ocupação se deu por intervenção da Federação Metropolitana de Centros Comunitários e de Associação de Moradores (FEMECCAM), além do apoio do MST. Localizada às margens da PA-391, em direção à estrada da Baía do Sol, o assentamento surgiu em 2003, após uma ocupação coletiva, a exemplo do que aconteceu com a ocupação Mártires de Abril:

Aqui chegou aquele monte de gente, como no Mártires de Abril, que a característica tinha o dedo do MST. Então era aquela questão da organização, quer dizer, então veja bem, eles articulam, tem toda uma articulação pra você chegar lá e montar acampamento (Carlos Lemos, assentamento Dorothy II, entrevista realizada em 28/05/2012).

Com um nível de articulação mais amplo, a origem dos assentados envolve um horizonte geográfico maior. Assim, o assentamento possui pessoas dos estados do Maranhão, do Amazonas, de Mosqueiro, mas, fundamentalmente, da RMB:

(...) a maioria dessas pessoas que reside na nossa comunidade, elas são oriundas da Região Metropolitana de Belém. Aqui tem maranhense, mas são poucos, bem pouquinhos até. Eu até me admirei porque migra muita gente né, mas tem. Agora é do Amazonas, mas a maioria é paraense, tem um pouco de Mosqueiro, só que não é a maioria. A maioria é da Região Metropolitana. Aqui tem gente de Ananindeua, Marituba, Benevides (Carlos Lemos, assentamento Dorothy II, entrevista realizada em 28/05/2012).

A vida como dependente domiciliar, em casa alugada, assim como a insegurança em seus bairros, os leva a migrar para outras zonas onde se tenta conseguir um lote e/ou uma moradia. Esta tarefa tem algumas das vezes o apoio de entidades populares de luta pela moradia, a exemplo da FEMECCAM, a qual esteve presente nos assentamentos “espontâneos” Dorothy I e II. Entretanto, a entidade foi apontada de agir em desacordo com as duas comunidades, o que acarretou a saída da FEMECCAM dos assentamentos Dorothy I e Dorothy II, por meio de votação, em assembleia, entre os comunitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado foi possível estudar a dispersão metropolitana de Belém com base na análise das diferentes formas de produção da moradia, as quais se distinguem e ganham novos conteúdos em função da diferenciação locacional e em razão do período histórico considerado.

Ao partirmos da teoria da produção social do espaço, fomos capazes de perceber, primeiro, que o espaço não é produzido apenas por forças estruturais determinadas pela ação direta dos agentes capitalistas e, segundo, que as áreas suburbanas não são, tão somente, ocupadas pelas camadas populares da sociedade. Considerando o recorte empírico deste estudo, isto é, Mosqueiro, viu-se o quanto isto é verdadeiro. Tradicionalmente utilizada como espaço de lazer, dentro do espaço metropolitano de Belém, a Ilha foi ocupada, ao longo de sua orla, por assentamentos residenciais de uso ocasional produzidos de forma “espontânea”, o que significa dizer que, os mesmos foram conformando a paisagem do distrito através do emprego do sistema de autoprodução de moradia, segundo o qual não é o processo de acumulação de capital que orienta a produção, mas sim a criação de valores de uso.

Recentemente, contudo, é possível verificar o aumento do número de ocupações que ocorreram em Mosqueiro graças ao processo de valorização de parcelas do espaço metropolitano nos principais vetores de expansão do capital imobiliário e, também, em razão do elemento político, isto é, através da ação das formas de organização popular. Desse modo, a dispersão metropolitana de Belém não se objetiva somente pelo aspecto socioeconômico, mas, igualmente, pelo aspecto prático-organizativo das classes sociais de menor poder aquisitivo.

REFERÊNCIAS

BRINGEL, Fabiano. **Do rural ao urbano: territorialidade do MST em área metropolitana. Caso do acampamento Mártires de Abril em Mosqueiro.** 2001. TCC (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

FERREIRA, Helena Lúcia Damasceno. **Expansão urbana e periferização em áreas de interesse turístico: o caso da ilha de Mosqueiro (Belém-Pará).** 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, Belém, 2010.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LENCIONI, Sandra. **Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo.** 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. **A cidade dispersa: novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana.** 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TULIK, Olga. **Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no estado de São Paulo.** 1995. Tese (Livre-docência) – Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 2001.